

Redistribuição, reconhecimento e representação: as fortunas do feminismo de Nancy Fraser

Redistribution, recognition and representation: fortunes of feminism by Nancy Fraser

Redistribución, reconocimiento y representación: las fortunas del feminismo, de Nancy Fraser

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. Verso: London and New York, 2013.

Roberta Silveira Pamplona^a 

^a Mestranda em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil – E-mail: pamplona.roberta@gmail.com

Como citar o artigo:

PAMPLONA, Roberta Silveira. Redistribuição, reconhecimento e representação: as fortunas do feminismo, de Nancy Fraser. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 52, 2018 DOI: 10.5007/2178-4582.2018.57008

Se hoje há uma infinidade de debates sobre os limites e os rumos do feminismo - compreendido em suas diversas correntes e nuances -, o drama em três atos proposto pela filósofa Nancy Fraser é crucial para esses debates. A partir da trajetória e da história da segunda onda do feminismo, movimento que emergiu junto à Nova Esquerda, a autora propõe possibilidades futuras para que o feminismo consiga modelar uma aliança entre a emancipação e a proteção social capaz de quebrar a aliança atual entre o feminismo e mercantilização. A proposta da autora pode ser definida como "o cultivo de uma autorreflexão do gesto crítico" (FERRARESE, 2017, p. 186) - muitas vezes tão desgastante ao feminismo - que permite compreender os processos que tornaram o movimento, sem querer, cúmplice de políticas que não permitem uma efetiva emancipação.



Direito autoral e licença de uso: Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra, forneça um link para a licença, e indicar se foram feitas alterações.

O papel dos teóricos críticos para Fraser, atualmente, é analisar uma alternativa gramatical para a imaginação feminista em ordem de firmar o potencial emancipatório da mesma. A questão proposta é: quais os modos de teorizar o feminismo devem ser incorporados em uma nova imaginação política? O questionamento é desenvolvido a partir do debate com outras teorias e com a exposição de questões práticas a partir de exemplos reais que o livro aborda de um contexto estadunidense e europeu. Nesse ponto, ainda que os exemplos do contexto do Norte global se coloquem como uma possível limitação da obra, é sabido que os questionamentos propostos pela autora também podem ser pertinentes a outras realidades geográficas, visto que as políticas neoliberais trazem consequências paradoxais para movimentos feministas em outras realidades (ALVAREZ, 2014).

A coleção de ensaios da autora que estão reunidos na obra foram escritos nos últimos 25 anos e são apresentados através de três momentos; ou, como a própria autora propõe, três atos de um drama. Os ensaios possuem como linearidade a versão proposta pela autora da história do feminismo, revelando que Fraser não deixa de se posicionar criticamente sobre os rumos que o movimento foi tomando ao longo dessa história. Com isso, a autora propõe oferecer uma interpretação recente da história do feminismo e, ao mesmo tempo, uma teoria social de larga escala, combinando sua teoria da justiça através das três dimensões, quais sejam, a redistribuição, o reconhecimento e a representação a fim de transformar o que está posto na conjuntura atual. A filósofa retoma, nesta obra, sua filiação com a Teoria Crítica, sua própria teoria da justiça e sua posição em relação ao feminismo, oferecendo aos leitores não apenas reflexões sobre o tema, mas, principalmente, críticas propositivas sobre seus rumos.

No primeiro ato, Fraser trata da união do feminismo com outras correntes radicais para 'explodir' a social-democracia que estaria ocultando injustiças de gênero. O questionamento inicial é sobre o que há de crítico na Teoria Crítica sob a ótica do gênero, expondo como são utilizadas categorias e modelos de explicação incapazes de revelar as relações de dominação masculina e subordinação feminina. Para tanto, Fraser analisa a teoria da ação comunicativa de Habermas, tomada como uma Teoria Crítica, a fim de ver em quais proporções e em quais aspectos a teoria habermasiana clarifica ou mistifica as bases da dominação masculina. A autora, após apontar os pontos cegos da teoria de Habermas, revela a centralidade que a divisão entre núcleo familiar e economia como polos opostos possui para ocultar a subordinação feminina. Demonstra, com isso, que o pessoal é político na medida em que o âmbito familiar também produz relações de dominação e não deve ser interpretado como esfera apenas reprodutiva da vida, sendo esse apontamento uma importante consideração da segunda onda do feminismo.

As críticas feitas à social-democracia pela ótica feminista não se limitavam ao âmbito discursivo, sendo refletidas em demandas por mudanças, primordialmente, no aspecto da redistribuição. Buscando compreender como essas demandas foram tratadas, Fraser retoma, nos dois

capítulos seguidos, questões implicadas nesses processos de demandas sociais como a fala das necessidades no texto intitulado *Struggle over Needs: Outline of a Socialist-Feminist Critical Theory of Late-Capitalist Political Culture* e a ideia de dependência no texto seguinte *A Genealogy of "Dependency": Tracing a Keyword of the US Welfare State*.

A cena final do primeiro ato é a discussão sobre como atingir a justiça de gênero no estado de bem estar social pós-industrial. Considerando que, no mercado de trabalho do capitalismo pós-industrial, poucos empregos pagam o suficiente para sustentar uma família, a participação das mulheres no mercado de trabalho formal cresce cada vez mais, e as famílias estão cada vez mais diversificadas na sua formação. Fraser argumenta, com isso, que um novo mundo da economia de produção e da reprodução social está emergindo - um mundo com menos estabilidade e com mais diversidade familiar (p. 113). Há dois tipos de respostas feministas para o que seria a justiça social pela perspectiva gênero nesse contexto apresentado: i) a primeira - *Universal Breadwinner model* - visa promover a justiça através da participação das mulheres como trabalhadoras através de serviços como creches, e ii) a segunda - *Caregiver Parity model* - busca promover a justiça de gênero através do *carework* informal com subsídios estatais para os cuidadores. Diante do impasse, a autora propõe uma terceira saída: os homens devem ser mais parecidos com as mulheres na medida em que se tornam responsáveis pelo *carework* (p. 134). Com tal proposta, a ideia é unificar os dois modelos e adicionar essa terceira característica. Ao realizar o trabalho doméstico, o homem possibilita eliminar o androcentrismo do modelo 'ganhador de pão' e, ainda, isso tenderia a tornar os salários e as possibilidades econômicas mais equânimes. A proposta de Fraser é a *Universal Caregiver*. A única saída, portanto, é imaginar uma realidade social em que todos atuam de forma remunerada e, também, são cuidadores, bem como envolvidos na vida comunitária, social e política.

A mudança de cenário de um ato para o seguinte é realizada na continuidade da temática da justiça de gênero, mais especificamente, no segundo ato, são tratados os impulsos para locar a diferença em primeiro plano; ou seja, há uma virada de enfoque dentro do movimento feminista da redistribuição para o reconhecimento. Para Fraser, o movimento assumiu por focar sua atenção em políticas de reconhecimento, sendo que tal enfoque dado pelo movimento é simultâneo à ascensão do neoliberalismo e à sua guerra à equidade social. A dinâmica que colocou em foco as políticas de reconhecimento permitiu a emergência de diversas questões dentro do movimento feminista que são esmiuçadas pela autora nos três capítulos que compõem o segundo ato.

A primeira cena do segundo ato intitulada *Against Symbolicism: The Uses and Abuses of Lacanianism for Feminist Politics* trata da possibilidade de uma teoria discursiva feminista. Para tanto, é proposta uma concepção de discurso capaz de entender os principais aspectos interrelacionados nas dinâmicas de lutas sociais. Primeiro, entender que as identidades sociais são pautadas pelas interpretações possíveis disponíveis aos agentes em uma específica sociedade, e

compreender como as pessoas se organizam em agentes coletivos a partir de eixos pré-existentes de identidades. Conjuntamente, perceber a relevância hegemônica, já que é o poder de estabelecer o senso comum ou a "doxa" da sociedade, incluindo o poder de estabelecer definições sociais para as situações. O termo auxilia, com isso, a pensar a construção das identidades sociais e dos grupos sociais através das desigualdades sociais (p.142). Nesse sentido, Fraser utiliza a teoria de Julia Kristeva para ilustrar as potencialidades do modelo pragmático para o feminismo, visto que ele consegue ver o discurso como objeto situado em um contexto histórico específico e como práticas significativas (p. 150). Com isso, o modelo pragmático trata a significação mais como uma ação que uma representação; ele se preocupa como as pessoas "fazem coisas com as palavras" (p. 151).

A crítica de Fraser ao foco nas políticas reconhecimento é melhor compreendida quando a autora propõe revisitar o conceito de gênero que, para a ela, é fundamental dentro do feminismo, e essa revisitada deve incorporar dois conjuntos de conceitos: i) a problemática do trabalho, associada ao feminismo-socialista; e ii) a problemática cultural associada ao pós-marxismo. A partir disso, intenta-se abarcar o caráter político econômico e o caráter androcêntrico cultural (p. 162), resultando na teorização de duas dimensões analíticas distintas do sexismo, uma centrada na distribuição e a outra no reconhecimento. Isso resulta em um enfoque bidimensional do conceito de gênero que permite a autora olhar para o gênero com duas lentes diferentes. Em uma, o gênero tem relação com a classe e, na outra, com o *status*. Ambas tratam da subordinação feminina, mas nenhuma é suficiente por si só. Para entender completamente essa subordinação, é preciso sobrepor as lentes. Em termos políticos, torna-se claro que, para combater a subordinação feminina, é necessário uma proposta que combine políticas de redistribuição com políticas de reconhecimento.

Conjuntamente com a tentativa anterior de teorizar um conceito de gênero bidimensional, Fraser utiliza das críticas propostas pela filósofa Judith Butler (1998) para rebater possíveis leituras que ela considera insatisfatórias sobre suas críticas ao movimento feminista. No capítulo *Heterosexism, Misrecognition, and Capitalism: A Response to Judith Butler*, o ponto central é que, para Fraser, a discriminação por questões ligadas à sexualidade possuem como origem o âmbito cultural - o que indubitavelmente não significa negar seus efeitos e epifenômenos materiais -, implicando em possíveis interpretações que acusam a autora de uma visão meramente cultural dessas questões. Fraser esclarece que o argumento funcionalista - que a heterossexualidade seria funcional ao capitalismo - não prospera. Assumir isso seria dizer que o capitalismo precisa ou se beneficia da heterossexualidade compulsória. Caso fosse verdade, as grandes multinacionais e o mercado financeiro, hoje, seriam os atores contrários aos gays e lésbicas. Entretanto, o que se nota como os maiores oponentes são grupos religiosos e conservadores culturais, cujo objetivo é o status e não o lucro (p. 183). Fraser retoma que sua distinção entre o material e o cultural não se baseia em uma diferença ontológica, mas em uma distinção sócio-teórica. Isto é, as sociedades capitalistas

apresentam uma distinção entre economia e cultura que pode ser percebida pela historização desse modo de produção.

O ato final trata de um revigoramento do feminismo que volta a criticar a estrutura do capitalismo androcêntrico, a sistemática da dominação masculina, e propõe uma visão de democracia e de justiça sensível ao gênero. Fraser propõe, ao final, considerar um aspecto que, muitas vezes, pode parecer secundário nos debates sobre os rumos do feminismo: a globalização. A autora oferece um arcabouço teórico capaz de entender a justiça social dentro desse fenômeno, reconhecendo a impossibilidade da discussão sobre distribuição e reconhecimento ser travada dentro de limites nacionais. Nesse aspecto, é interessante como os ensaios finais conseguem dar conta da perspectiva global em oposição aos ensaios iniciais do livro - mais especificamente aqueles encontrados na primeira parte - que discutem a partir de exemplos nacionais norte-americanos e que trazem proposições dentro de uma ótica de estado nacionais.

Nos dois capítulos finais, *Feminism, Capitalism, and the Cunning of History* e *Between Marketization and Social Protection: Resolving the Feminist Ambivalence*, Fraser propõe a centralidade do feminismo em pelo menos dois aspectos: i) como um movimento social capaz de institucionalizar um regime de justiça de gênero; e ii) como um discurso não mais vazio que pode ser usado para legitimar qualquer cenário, inclusive aqueles ausentes de justiça de gênero. Para tanto, retoma sua defesa que se quebre com a mercantilização e a emancipação seja pensada em aliança com a proteção social.

O livro pode ser compreendido como uma simples tentativa em superar a dicotomia tão presente nos debates atuais, que a própria autora participa, sobre distribuição e reconhecimento. Ou, ele pode ser visto, em uma forma mais potente, como uma chave de leitura não apenas para superar, mas, principalmente, para ver por uma outra perspectiva que não trata mais das demandas, mas dos *procedimentos* de demanda por uma justiça de gênero no mundo globalizado. Por essa perspectiva, surge a dimensão política da justiça de gênero proposta por Fraser em um sentido mais estrito: a representação.

REFERÊNCIAS:

ALVAREZ, Sonia E. Engajamentos Ambivalentes, Efeitos Paradoxais: Movimentos feminista e de mulheres na América Latina e/em/contra o desenvolvimento. **Feminismos**, nº. 4, Salvador, 2014.

BUTLER, Judith. Merely Cultural. **New Left Review** I/227, London, January-February, 1998.

FERRARESE, Estella. (Re)fazer a Teoria Crítica: por uma (re)leitura feminista. **Dissonância: Teoria Crítica e Feminismo**, Campinas, vol. 1, n 2, p. 176 - p. 193, 2017.

Histórico

Recebido em: 11-5-2018

Revisado em: 11-5-2018

Aceito em: 11-5-2018